

DA MIGRAÇÃO AOS DESLOCAMENTOS. E DE VOLTA ÀS MIGRAÇÕES¹

Douglas Mansur da Silva (DCS/UFV, Brasil)

Palavras-chave: Migração; Deslocamentos; Fronteiras

A imigração como problema social

Publicado originalmente entre 1918 e 1920, os alentados cinco volumes do livro de Thomas & Znaniecki (1974) sobre a imigração de camponeses poloneses para os Estados Unidos não desenvolvem uma teoria da imigração. Tampouco a categoria “migração” aparece no texto e os sentidos dos deslocamentos dos imigrantes estão mais próximos de uma teoria do campesinato (Almeida & Palmeira 1977, p. 12) do que de uma teoria das migrações. Contudo, o livro tornou-se referência para diversos debates no campo dos estudos migratórios. Um desses temas, em particular, relaciona-se à diferenciação dos imigrantes frente às sociedades de origem e de chegada. Preocupação singular à agenda da Escola de Chicago, a imigração é vista nessa obra como um “problema social”, em uma perspectiva das Ciências Sociais que dialoga com a Psicologia e na qual o ajuste/integração do indivíduo à sociedade receptora é uma questão central.

Talvez menos pela difusão dessa obra em si e mais por uma questão de continuidade no tempo de certos debates e perspectivas, a imigração vista como um problema social permaneceu como assunto ao longo das décadas seguintes e junto com ele o debate em torno da persistência da diferença do imigrante. Ora mais próximo, ora mais distante de psicologismos e do funcionalismo, a persistência da diferença foi pensada ora como aculturação, ora assimilação, tomando-se como ponto de referência para tanto a inserção do imigrante na sociedade receptora. Assim, as monografias geralmente tratavam dos desafios enfrentados pelos imigrantes e dos problemas decorrentes a partir da chegada dessas populações. Mesmo a partir da adoção de outras categorias que buscavam se distanciar do funcionalismo, como absorção, hibridismo e

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.” Agradecemos à FAPEMIG pelo apoio à participação no evento em decorrência do financiamento de projeto de pesquisa (SILVA, 2017).

etnicidade, o problema da inserção seguia presente no horizonte e, como tal, refletia-se na escrita das monografias, nas quais a ênfase na trajetória do imigrante a partir da sua chegada acabou por se tornar, de modo mais ou menos implícito, um modo de fazer no campo dos estudos migratórios. Essa tendência acabou por ser replicada, inclusive, no estudo de processos migratórios dentro das fronteiras do Estado-Nação. Um exemplo brasileiro é o trabalho emblemático de Eunice Durham (1972), *A Caminho da Cidade*, que reporta à migração nordestina para São Paulo e cuja ênfase recai nos desafios da inserção do migrante rural em um contexto urbano.

Mas para a discussão que pretendemos traçar neste *paper*, a obra de Thomas & Znaniecki nos interessa como monografia. Há nela algo mais que a torna um clássico, seja pelo uso de métodos inovadores, como a análise de cartas e o largo emprego das histórias de vida, seja pelo fato de tratar a imigração como *processo*. Nessa perspectiva, a imigração é vista desde antes da partida, até a decisão de migrar, envolvendo famílias, a inserção na sociedade receptora e a manutenção de vínculos com a sociedade de origem, demonstrando-se assim sua circularidade, bem como a relação desse fenômeno com diversos domínios da vida social. Essa forma de tratar o fenômeno migratório, embora não negligenciado, não foi adotado em grande parte das monografias no campo de estudos migratórios.

A partir de uma análise reflexiva, podemos observar que contribuiu para tanto a adoção implícita de um nacionalismo metodológico, baseado na premissa de que os processos sociais estão subsumidos e de alguma maneira determinados pelas fronteiras do Estado-nação. A tendência à adoção de uma identidade nacional englobante esteve presente em diversas obras, bem como em pressupostos de políticas públicas e replicações desse paradigma podem ser encontrados no que comumente se chamou de “migração interna”. Nesse caso, o determinismo se encontrava expresso na tendência à urbanização de modos de vida, estilos e identidades, sendo a tendência contrária, por assim dizer, vista inclusive como um problema ou entrave ao progresso, ao desenvolvimento e até mesmo à democracia, a depender do autor.

Outra razão para esse recorte deve-se ao fato de as análises dessas monografias recaírem mais em questões outras, de ordens diversas – a “mudança social”, a “urbanização”, a formação da nação, a reconfiguração de identidades, entre outras – do que o processo migratório em si. A ênfase ao movimento, à mobilidade e sua relação complexa com diversos fatores, ligados às estruturas sociais ou econômicas ou a

cosmologias, foi de fato explorado apenas em algumas obras. No chamado campo dos estudos migratórios, a monografia de Sayad (1998) tornou-se um clássico referenciado, por tratar a migração como processo e como *fato social total*. Assim, retoma algo já presente na obra de Thomas & Znaniecki, inclusive em relação aos métodos empregados, mas traz algo singular ao estilo de escrita monográfica. A obra de Seyferth (1974), embora relacionada ao campo de estudos sobre campesinato, também contempla a imigração como processo, desdobrando-se na contextualização e na busca dos sentidos dos movimentos de imigrantes de origem alemã como parte de sua inserção na sociedade brasileira.

Somos todos migrantes

Embora a temática das migrações não esteja presente como questão central nem sequer em monografias voltadas para o estudo de populações em movimento, ela se encontra presente como parte da análise, em diversas monografias clássicas. Assim, em Malinowski (1983), há circulação de objetos e de pessoas. Em Evans-Pritchard (1976) o ciclo de atividades mobiliza as pessoas e o gado, mobilidade esta também presente em Leach (1999) em relação aos deslocamentos dos Kachin entre partes altas e baixas. Talvez um exemplo mais próximo da busca dos sentidos cosmológicos e sua relação com a mobilidade esteja em Hélène Clastres (1978). Além do mais, as teorias da troca e da dádiva, em Mauss (2003), das trocas e da comunicação em Lévi-Strauss (1953) e Leach (2009) acabaram por indiretamente contribuir para a compreensão de que a circulação e, portanto, o que migra, vai além das pessoas, mas envolve também bens (mercadorias, capitais) e signos.

No Brasil, uma análise bibliográfica (Almeida e Palmeira, *op.cit.*) sobre o tema das migrações realizado nos anos 1970, como parte de um projeto mais amplo sobre mudança social e emprego no campesinato nordestino, assinalou um conjunto de pressupostos epistemológicos relativos aos estudos migratórios. No texto acima referido, as concepções universais sobre migrações são colocadas em xeque, bem como as mais variadas tipologias, presentes em termos como “migração interna”, “emigração”, “imigração”, “migração rural-urbano”, “migração pendular”, “migração definitiva”, entre outras. Para os autores, no bojo dessas categorias e das teorias que as sustentavam estava sempre presente alguma forma de determinismo teleológico em

relação aos movimentos. Parte dessa perspectiva recaía sobre o nacionalismo metodológico, a que nos referimos anteriormente, parte direcionava-se a outros determinismos, em relação ao progresso, à civilização, à urbanidade, à industrialização. Por escolha epistemológica, o sentido da ação dos sujeitos eram em geral enquadrados em perspectivas carregadas de pressupostos em relação à direção dos processos sociais. Além do mais, pressupunha-se que os movimentos de alguma forma estavam impregnados por alguma espécie de objetivismo, seja de ordem econômica e racional em relação a fins, seja de ordem natural. Essa última dimensão persiste de maneira mais ou menos implícita na terminologia empregada em relação a alguns fluxos migratórios, em especial relação ao “êxodo” e aos deslocamentos decorrentes de catástrofes, sempre carregadas de expressões hiperbólicas. De alguma forma, conferia legitimidade ao objeto, frente a uma perspectiva “científica” que aproxima a produção do conhecimento científico às ciências naturais.

Em contraposição a essa perspectiva objetivista, os autores argumentavam que:

“... os indivíduos ou grupos sociais com quem entrávamos em contato dissociavam por completo as ‘migrações sazonais’ do chefe da família (ou de qualquer de seus membros), das ‘migrações’ (definitivas?) para o sul do país de algum dos seus filhos, da ‘migração’ que teria sido definitiva mas não o foi de toda a família num determinado momento de sua existência, etc...; ao mesmo tempo em que vinculavam esses movimentos a outros movimentos tendo ou não uma ‘expressão espacial’ própria: procura de trabalho, morte de membros da família, casamento e constituição de novos grupos domésticos, etc. Juntar aqueles movimentos numa ‘contabilidade’ única parecia-lhes algo sem sentido” (Almeida & Palmeira, *op. cit.*, p. 3).

Assim considerado, os movimentos, bem como os processos sociais, são lidos a partir de uma perspectiva nativa, como parte do fazer a vida. Como seres sociais, “somos todos migrantes”, na medida em que atravessamos as mais diversas fronteiras, geográficas, materiais, sociais, simbólicas, classificatórias, epistemológicas. O migrante coloca em xeque os sistemas classificatórios, a ponto de se questionar se a pergunta “quem é um migrante?” de fato se aplica, bem como seus pares classificatórios: “quem é um forasteiro? Quem é um nativo?”.

Essa perspectiva, ligada aos movimentos da própria vida, relaciona-se a outras abordagens contemporâneas acerca dos próprios objetivos da Antropologia (Wagner, 1975) ou da busca da percepção do ambiente e de todos os elementos que estão à sua

volta como processo cognitivo e, de maneira indissociável, das ações que daí são decorrentes (Ingold, 1996).

Como parte das reflexões lançadas pelo projeto referido anteriormente, podemos citar um conjunto de trabalhos relacionados a pesquisas com camponeses e que acabaram por contribuir para uma reflexão acerca dos sentidos dos movimentos em uma perspectiva das Ciências Sociais. A tese de Garcia Júnior (1983), sobre o deslocamento de paraibanos para o Rio de Janeiro, acabou por observar a circularidade de tais fluxos, através do revezamento entre membros da família que, no Rio de Janeiro, assumiam as mais diversas ocupações, garantindo a sobrevivência das famílias, bem como mantendo-se o vínculo com o local de origem. Assim, o foco recaía nas estratégias das famílias e da busca de uma lógica interna, socialmente compartilhada, dos movimentos. Mas trabalhos posteriores demonstraram o quanto de racionalidade na tomada de decisões acerca da direção desses movimentos poderiam estar presentes. Os conhecimentos acerca dos preços, da oferta de emprego, a inserção em redes e circuitos de trocas, entre outros fatores, (Palmeira & Heredia, 2009) estavam associados às lógicas e estratégias familiares. Além do mais, os vínculos entre familiares não necessariamente precisavam reportar a um local de origem.

Os diversos sentidos dos movimentos passaram assim a se constituir em temas centrais de diversos trabalhos contemporâneos, para além dos estudos envolvendo camponeses ou uma teoria do campesinato. “Andança”, “agitação”, “luta”, são algumas das categorias nativas analisadas por Guedes (2015), em sua pesquisa junto a garimpeiros atingidos pela construção de barragens. Para essas pessoas, o movimento não só era um valor, quanto estavam ligadas às suas histórias de vida ligadas a *andanças* e *marchas* em torno da *luta por seus direitos*. Esses termos traduziam sentidos atribuídos ao movimento em torno de 5 eixos: como circulação, viagem ou andança; como agitação, própria de períodos em que a economia local encontrava-se dinamizada; movimento como *luta*, como *autonomia* e, por fim, como progresso, no sentido de melhoria de vida e mobilidade social. Para os interlocutores de Manuela Cordeiro (2015), trata-se de pôr a casa a *rodar*, *esparramar* a família, como estratégia e forma de ocupação de famílias frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia.

Comerford, Carneiro e Dainese (2015), por sua vez, reportam-se à ideia de *giros etnográficos*, pesquisas sobre grandes e pequenos movimentos, ligados a diversas atividades cotidianas, incluindo festas, de modo a centrar a análise no modo pelo qual essas populações pensam seus movimentos. Em seu conjunto, essas são abordagens que,

a partir das categorias nativas, privilegiam uma perspectiva êmica acerca dos movimentos. Da mesma forma, ao estudar moradores do Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro, de origem mineira, Weitzman (2011) preferiu tratar de fluxos, ao invés de considera-los como “migrantes”, uma vez que assim não se consideravam, e entre idas e vindas a Minas Gerais, embora com residência no Rio de Janeiro, os vínculos e a circulação de pessoas, bens e signos, reportavam a uma circularidade e a uma espacialidade com a qual se identificavam,

Da migração aos deslocamentos

Com foco no movimento de famílias, suas estratégias e fluxos de trocas através de fronteiras transnacionais, Glick-Schiller et al (1992) desenvolveram uma perspectiva transnacional acerca do estudo das migrações. De maneira similar ao que foi descrito na seção anterior, as monografias enfatizavam os sentidos dos movimentos e o modo como imigrantes constituíam famílias transnacionais, espalhadas por diferentes países. Nesse movimento o conhecimento acerca de legislações, direitos, políticas, preços, taxas, meios de comunicação, salários, articulados a vínculos e redes, constituía-se assim uma forma de saber migrante, especialmente marcante no caso de populações marcadamente diaspóricas como haitianos, jamaicanos e cabo-verdianos, entre outros.

Contudo, para essas autoras, entram na análise com igual peso à ação dos sujeitos, aspectos ligados à política dos Estados-nação em relação às e (i)migrações. Ao atribuir cidadania à populações deslocadas e seus descendentes, para além do *jus solis*, tais políticas facilitam seus deslocamentos, bem como remessas e outras formas de troca e comunicação. De maneira complementar, a abertura ou fechamento de fronteiras por parte de quem “recebe” chama a atenção para as políticas de seleção, discriminação, criminalização dos fluxos. Nesse sentido, os desdobramentos da economia política do capitalismo e a hierarquia dos Estados-nação nesse contexto, entram na análise dos movimentos.

Às fronteiras materiais e burocráticas juntam-se outras, classificatórias, e de ordem simbólica e política. O próprio jogo identitário, de classificações auto atribuídas ou atribuídas por terceiros colocam em xeque ou (re)afirmam fronteiras. Termos como (e)(i)migrante, exilado, refugiado, não documentados, “migração econômica”, “migração política”, entre outros, podem estar presentes na construção discursiva de

legislações, funcionários de Estado e “peritos”, tanto quanto podem ser negociados por quem é assim (auto)classificado (Silva, 2018).

A incorporação da perspectiva da economia política na análise de conflitos territoriais e o deslocamento de populações acabou por abranger diversos estudos com populações rurais e urbanas. Em relação às cidades, as políticas de gentrificação, patrimonialização, especulação imobiliária, entre outras, acabaram por se constituir em temática das mais estudadas nas Ciências Sociais, bem como as formas de expulsão dessas pessoas e, sua contrapartida, as formas de mobilização por ela acionadas. Assim temos que, em torno da categoria “deslocamento” aproximaram-se estudos com populações diversas, de imigrantes transnacionais a moradores de favelas ou de outras regiões deslocadas ou em deslocamento em decorrência das (re)articulações do capital (Feldman-Bianco, 2017). Da mesma forma, há uma inseparabilidade entre migrações e deslocamentos e outras formas de classificação – racialização, colonialismo, capitalismo, etc..., que transpassam Estados-nações e revelam a colonialidade do poder (Quijano, 2000).

Assim, o peso de uma perspectiva êmica de análise dos movimentos, direcionada para a apreensão dos sentidos do fluxo da ação e das categorias nativas empregadas, apresenta-se em dialogia com outras formas de controle dos fluxos através de fronteiras classificatórias, simbólicas, e sua expressão materializada em muros, documentos, ação repressiva e prisões. O próprio debate acerca das possibilidade de (i)mobilização dos fluxos de pessoas, desejáveis ou indesejáveis, pelo Estado, órgãos internacionais ou supranacionais, chama a atenção para essa dupla perspectiva acerca dos movimentos. Para alguns autores, não há imobilidade, mas sim um fluxo controlado. Para outros, há imobilidade, na medida em que adota-se, na análise, a perspectiva daqueles que reivindicam um sentido que lhe é próprio à sua lógica e estratégia. Nessa perspectiva, as formas de controle podem se traduzir em imobilidade, como é o caso de muitos assentamentos. O caráter forçado dos deslocamentos também poderá ter maior ou menos peso, a depender do contexto e da própria análise.

Somos todos migrantes?

Ao longo das últimas décadas, e a categoria deslocamento é uma expressão disso, a produção teórico-metodológica e etnográfica dos chamados "estudos migratórios" teve pontos de contato, diálogos mais ou menos explícitos com os estudos urbanos e/ou da cidade e os estudos acerca do campesinato e de outros trabalhadores. Nesse trajeto, o próprio termo "migrante" foi colocado em xeque em diversas monografias, a depender do modo como se propôs recortes de pesquisa e perspectivas de análise. A revisão dessa categoria e de outras, aliada a recortes teórico-metodológicos, se deu internamente ao próprio campo dos estudos migratórios, mas pesquisas etnográficas envolvendo populações urbanas e camponesas ofereceram subsídios para a revisão de alguns desses pressupostos, chamando a atenção para os trânsitos entre fronteiras, inclusive classificatórias, e para o emprego de outras categorias relativas às diversas formas de mobilidade, como fluxos, circularidades e deslocamentos. Paralelamente, o crescente emprego de perspectivas êmicas no entendimento das diversas formas de mobilidade fez com que a agenda de pesquisa desses três campos temáticos convergisse em relação a algumas perspectivas de análise e desafios.

Nos últimos anos, uma das consequências desse debate, ora mais ora menos evidenciado, tem sido o persistente questionamento acerca de "quem é um migrante?" Embora em alguns contextos o termo não se constitua em parte do vocabulário nativo, este tem sido recorrentemente nas políticas de Estados-nação, entre outras políticas públicas. Em outras situações, é acionado pelos próprios nativos ou por terceiros, em relação, podendo ser, a depender do caso, categoria acusatória ou auto atribuída.

O emprego do termo "migrante" em certas ocasiões e não em outras nos diz algo sobre as diversas formas de concepção do mundo e das relações sociais, bem como sobre as relações de poder e o que está em jogo nas formas de controle das mobilidades humanas. Embora estejamos todos em movimento e, por assim dizer, sejamos todos migrantes na medida em que atravessamos fronteiras materiais e simbólicas, nem todos são assim nomeados, (auto)classificados, podendo vir a sê-lo, a depender da situação. O uso do termo, assim, precisa sempre ser etnográfico, situado, detalhado, articulando-se perspectivas êmicas e estruturais, em favor da complexidade e densidade de análise. Nessa perspectiva, a categoria renova-se, em detrimento do seu abandono.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & PALMEIRA, Moacir. 1977. “A invenção da migração” in **Projeto emprego e mudança sócio econômica no Nordeste (relatório de pesquisa)**, volume 5, Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ.
- AZEVEDO, Desirée & SANJURJO, Liliana. 2018. “Entre ditaduras e revoluções: narrativas de exilados argentinos e brasileiros” in FELDMAN-BIANCO, Bela., SANJURJO, Liliana, AZEVEDO, Desirée & SILVA, Douglas Mansur da. (orgs.) **Migração e Exílio**, São Carlos e Viçosa: EDUFSCAR e Editora UFV, pp. 213-248.
- CLASTRES, Hélène. 1978. **Terra sem mal**. São Paulo: Brasiliense.
- COMERFORD, John, CARNEIRO, Ana & DAINESE, Grazielle (org.) 2015. **Giros etnográficos em Minas Gerais. Casa, comida, prosa, festa, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. 2015. **A Casa a Rodar: projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DURHAM, Eunice. 1972. **A caminho da cidade**, São Paulo: Perspectiva.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. 2017. “Deslocamentos” in CAVALCANTI, Leonardo, BOTEGA, Tuíla, TONHATI, Tânia & ARAÚJO, Dina (orgs.) **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**, Brasília: Editora UnB, pp. 208-213.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. 1983. **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**, Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro: UFRJ.
- GLICK-SCHILLER, Nina et all. (org.). 1992. **Toward a transnational perspective on migration**. Annals of the New York Academy of Science, vol. 65.

- GUEDES, André Dumans. 2015. “Andança, agitação, luta, autonomia, evolução. Sentidos do movimento e da mobilidade” in **Ruris**, vol. 9, número 1, março, pp. 111-141.
- INGOLD, Tim. 1996. “Culture, Perception and Cognition” in **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. Londres: Routledge, pp. 157-171.
- LEACH, Edmund. 1999. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP.
- _____. 2009. **Cultura e comunicação**. Lisboa: Editorial 70.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1953. “Social structure” in KROEBER, Alfred (Ed.). **Anthropology To-Day**, Chicago: University of Chicago Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1983. “Os argonautas do pacífico ocidental” in **Malinowski**, coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Abril Cultural.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades primitivas” in **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac & Naify.
- PALMEIRA, Moacir. & HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. 2009. “Migrações em Áreas de Agronegócio” in **Travessia**, São Paulo, v. xxii, p. 71-88.
- QUIJANO, Aníbal. 2000. “Colonialidad del poder y clasificación social” in **Jornal of World-System Research**, vol. XI, n. 2, pp. 342-386.
- SAYAD, Abdelmalek. 1998 **A Imigração, ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp.
- SEYFERTH, Giralda. 1974. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**, Porto Alegre: Editorial Movimento.
- SILVA, Douglas Mansur da. 2017. **Para além do rural e do urbano: políticas de desenvolvimento, migrações e conflitos**. Projeto de pesquisa submetido ao Edital Universal FAPEMIG.
- _____. 2018. “Escritores e cientistas portugueses exilados no Brasil: afastamentos, cosmopolitismo e particularismos (1945-1974)” in FELDMAN-BIANCO, Bela., SANJURJO, Liliana, AZEVEDO, Desirée &

SILVA, Douglas Mansur da. (orgs.) **Migração e Exílio**, São Carlos e Viçosa: EDUFSCAR e Editora UFV, pp. 181 – 212.

THOMAS, W.I. & ZNANIECKI, F. 1974. **The Polish Peasant in Europe and America**. New York, Octagon Books.

WAGNER, Roy. 1981. **The invention of Culture**. Chicago: The University of Chicago Press.

WEITZMAN, Rodica. 2011. **Mudanças nos hábitos alimentares a partir dos fluxos de migração campo-cidade**. 2011. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Das migrações aos deslocamentos. E de volta às migrações.

Resumo: Trata-se de uma análise da produção teórico-metodológica e etnográfica do que podemos chamar de "estudos migratórios" em diálogo com outras duas subáreas do conhecimento: a Antropologia Urbana e a Antropologia do Campesinato. O paper reporta à história dos estudos de processos migratórios, com destaque para algumas de suas categorias-chave, como o próprio termo "migrante" e para o modo como propôs recortes de pesquisa. A revisão dessas categorias e recortes teórico-metodológicos se deu internamente ao próprio campo dos estudos migratórios, mas pesquisas etnográficas envolvendo populações urbanas e camponesas ofereceram subsídios para a revisão de alguns desses pressupostos teórico-metodológicos, chamando a atenção para os trânsitos entre fronteiras, inclusive classificatórias, e para o emprego de outras categorias relativas às diversas formas de mobilidade, como fluxos, circularidades e deslocamentos. Paralelamente, o crescente emprego de perspectivas êmicas no entendimento das diversas formas de mobilidade fez com que a agenda de pesquisa desses três campos temáticos convergisse em relação a algumas perspectivas de análise e desafios. Nos últimos anos, uma das consequências desse debate, ora mais ora menos evidenciado, tem sido o próprio questionamento da categoria "migrante". Nesse sentido, um dos objetivos centrais dessa proposta é apresentar argumentos em favor do emprego dessa categoria em algumas análises, dados seu continuado emprego nativo ou nas políticas de Estados-Nações, entre outras políticas públicas. O argumento é que, em alguma medida, o emprego do termo "migrante" em certas ocasiões e não em outras nos diz algo sobre as diversas formas de concepção do mundo e das relações sociais, bem como sobre as relações de poder e o que está em jogo nas formas de controle das mobilidades humanas. O trabalho é um dos resultados de pesquisa em curso financiada pela FAPEMIG, bem como de pesquisa anterior, recém-concluída, e relacionada a um estágio de pós-doutorado realizado junto ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.